



1 **Ata da Reunião Extraordinária do COPEDH/PR — 04/07/2023**

2 Ao quarto dia do mês de Julho do ano de 2023 às 14h00, em formato híbrido,
3 presencialmente na Sala de Reuniões do 7º Andar do Palácio das Araucárias e
4 *online* por meio de *link* disponibilizado para os (as) conselheiros (as) sob justificativa
5 prévia, deu-se início à Reunião Extraordinária do Conselho Permanente de Direitos
6 Humanos do Paraná – COPEDH/PR. Fizeram-se presentes os (as) **Conselheiros**
7 **(as) Titulares Governamentais:** —. **Conselheiros (as) Suplentes**
8 **Governamentais:** Jane Vasques (SEJU), Ana Munhoz (OAB/PR), Aurélio Munhoz
9 (AMP), Cláudio Marques Rolin e Silva (SESP). **Conselheiros(as) Titulares da**
10 **Sociedade Civil:** Bruna Ravena Braga dos Santos (Associação de Travestis e
11 Transsexuais de Foz de Iguaçu - Casa de Malhu), Thais Boamorte (Associação Flor
12 de Lis LGBT), Hamilton Seriguelli (Centro de Direitos Humanos e Memória de Foz do
13 Iguaçu), Daisy Carolina Tavares Ribeiro (Terra de Direitos), Walter Tierling Neto
14 (Grupo Dignidade), Antônia Vandecia de Assis (Conselho Regional de Serviço
15 Social), Elza Maria Campos (União Brasileira de Mulheres). **Conselheiros (as)**
16 **Suplentes da Sociedade Civil Organizada:** Rockmillys Basante Palomo (Ação
17 Social Irmandade Sem Fronteiras), Júlia Maria Morais (CUT), Juliana Chagas da
18 Silva Mittelbach (Rede de Mulheres Negras), Jussara Aparecida Ribeiro (APP
19 Sindicato). **Convidados/Colaboradores:** Isabela (SEJU/CODIHC), Roselene
20 Sonda (MPPR), Débora Predella (NUCIDH). **Justificativa de Ausência:** Diego
21 Souza da Silva (Ass. Núbia Rafaela - ALGBTI) justificou sua ausência. **1. Abertura:**
22 A princípio, Bruna saudou a todos e todas e solicitou a verificação de quórum
23 mínimo para abertura da reunião. Após a chamada nominal, Bruna, em sua
24 qualidade de Presidenta deste colegiado, deu abertura à Reunião Extraordinária do
25 Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná — COPEDH/PR. **2.**



26 **Aprovação da Pauta:** Bruna questionou se todos (as) estavam de acordo com a
27 pauta proposta e se gostariam de incluir pontos. Ademais, Bruna solicitou que as
28 pautas fossem discutidas dentro das Comissões e seus membros apresente-as na
29 plenária já discutidas, ou seja, com seus encaminhamentos já definidos, pois muitas
30 vezes as reuniões são transmitidas *online* e as denúncias podem conter dados
31 sigilosos que não podem ser explanados publicamente. Juliana solicitou a inclusão
32 de pauta sobre o Julho das Pretas. Sem outras manifestações, a pauta e sua
33 respectiva inclusão foram aprovadas por unanimidade. Enquanto os problemas
34 técnicos referente à transmissão do áudio estavam sendo averiguados, Jane
35 informou que, a partir da próxima reunião a plataforma de reunião será da
36 CELEPAR. **3. Eleição da Mesa Diretora:** Bruna informou que a Sociedade Civil se
37 organizou e elegeu a Mesa Diretora para 2023/2025 da seguinte forma: Vice-
38 presidência — Bruna; Secretaria-geral — Daisy; Secretaria Financeira — Juliana.
39 Assim, Bruna destacou que a Sociedade Civil entrou em consenso que não entrará
40 em critérios de titularidade/suplência para exercer as atividades do Conselho e das
41 Comissões. Por fim, Bruna colocou as indicações para a Mesa Diretora em votação.
42 Jane se absteve. Sem outras manifestações, as indicações suprarrelatadas foram
43 aprovadas pela maioria do pleno — com uma abstenção. **Juliana realizou uma fala,**
44 **mas a gravação está inaudível.** Bruna solicitou que seja evitado o sistema híbrido
45 para as plenárias, pois as pautas não são totalmente absorvidas e há enormes
46 dificuldades técnicas, sendo essencial que as reuniões presenciais voltem a
47 acontecer com recorrência para aprimorar os debates e fornecer uma experiência
48 igualitária para todos (as) conselheiros (as). **4. Coordenação de Comissões:** Bruna
49 informou que o Conselho conta com as seguintes Comissões/Grupos de Trabalho;
50 Comissão de Combate ao Racismo; Comissão de Denúncias; GT de Comunicação;



51 Comissão de Acompanhamento Legislativo, Litigância Estratégica e
52 Acompanhamento do Plano Estadual de Direitos Humanos; Comissão de
53 Monitoramento do Sistema de Privação de Liberdade; Comissão de Atenção a
54 População em Situação de Rua, Direito à Cidade e a Moradia; Comissão (LGBT)
55 Direitos Sociais Saúde, Educação, Segurança e Defesa dos Direitos da População
56 LGBTI+ e a Comissão em Cidadania, Cultura e Economia Criativa (nunca se reuniu).
57 Após repassar a lista das comissões, Bruna indicou que toda Comissão deve ter um
58 (a) Coordenador (a) e um (a) Relator (a) e solicitou novamente à Secretaria
59 Executiva que utilize o *Google Drive* para facilitar os relatos das comissões,
60 encaminhamentos e outros documentos. Além disso, Bruna indicou que um dos
61 objetivos é convidar as instituições que fizeram parte do processo eleitoral para
62 participar das comissões e outras pessoas interessadas, exceto pela Comissão de
63 Liberdade por se tratar de um tema mais delicado e sigiloso. Ademais, é necessário
64 um Canal de Denúncias para estabelecer um fluxograma para as Comissões e que
65 tenha um Modelo de Documento para ser enviado automaticamente ao denunciante.
66 Aurélio solicitou que fosse realizada uma nova reestruturação das comissões,
67 alterando-se para quatro ou no máximo cinco comissões e que, se possível, essa
68 proposta fosse aprovada em uma reunião extraordinária. Em complementação,
69 Júnior sugeriu que fosse criado um Grupo de Trabalho para discutir a reformulação
70 das Comissões do COPEDH/PR. Jane sugeriu que fosse criada uma Comissão para
71 tratar da criação dos Conselhos Municipais. Bruna destacou que algumas comissões
72 devem ser mantidas, como a Comissão de Denúncias, Comissão de Privação de
73 Liberdade, a CALEMPEDH e a Comissão de Combate ao Racismo, pois são
74 comissões que tratam de populações específicas e que não podem ficar
75 desassistidas pelo Conselho. Elza destacou que era importante que os (as)



76 conselheiros (as) tivessem ao menos um pequeno relato sobre as condições de
77 cada comissão e seus objetivos. Bruna destacou que, as deliberações sobre a
78 reorganização das comissões, devem acontecer em plenárias, pois é para isso que
79 são convocadas e agora, o principal objetivo seria redistribuí-las para celeridade no
80 andamento das ações do COPEDH/PR. Aurélio sugeriu a alteração das
81 nomenclaturas das comissões para abranger mais pautas. Portanto, Bruna
82 questionou ao pleno quais comissões deveriam continuar na nova gestão, dando
83 início pela Comissão de Acompanhamento Legislativo, Litigância Estratégica e
84 Monitoramento do Plano Estadual — todos (as) concordaram com sua permanência.
85 Depois, Bruna indagou se a Comissão de Atenção a População em Situação de
86 Rua, Direito à Cidade e e Moradia poderia a Reforma Fundiária em sua
87 nomenclatura (conforme sugerido por Hamilton) — todos (as) concordaram. Em
88 seguida, Bruna levantou a situação da Comissão de Denúncias e Violações de
89 Direitos de Vulneráveis (Crianças, Adolescentes, Idosos e outras), que deveria
90 atender as demandas gerais e demais levantadas pela Ana — todos (as)
91 concordaram. Em seguida, Bruna questionou se a Comissão de Monitoramento de
92 Monitoramento do Sistema de Privação de Liberdade deveria adicionar ‘Segurança
93 Pública’ ou deveria ser discutida na Comissão de Direitos Sociais — foi aprovada a
94 primeira opção. Na Comissão de Direitos Sociais, Bruna sugeriu que fosse
95 adicionada Saúde, Educação, Cultura, Cidadania, Economia Criativa e a População
96 LGBT. Walter pontuou que essa comissão está com temáticas muito amplas e das
97 descritas acima, todas são de extrema relevância e exigem um olhar muito atento.
98 Bruna pontuou que sim, estava ampla, por isso, necessita de mais participantes para
99 conseguir atender todas as demandas que forem apresentadas nas temáticas.
100 Dando continuidade a sua fala, Walter sugeriu que dentro da Comissão fossem



101 criadas subdivisões para conseguir atender todas as demandas. Bruna respondeu
102 que isso dependeria da Coordenação e do método de trabalho estabelecido, assim,
103 indagou se a população LGBT deveria permanecer ou sair da Comissão de Direitos
104 Sociais. Jussara disse via *chat*: “*Peço desculpas, mas terei que sair. Se possível, me*
105 *disponho a participar da Comissão de Direitos Sociais por conta das questões de*
106 *educação.*”. Por fim, Bruna colocou em votação as inclusões dos temas supracitados
107 na Comissão de Direitos Sociais — todos (as) concordaram. Juliana questionou
108 sobre a participação de membros externos nas Comissões do COPEDH/PR. Bruna
109 respondeu que as Comissões são abertas e de livre participação, mas que deve ser
110 definido com cuidado pelos (as) conselheiros (as) o método de inserção dessas
111 pessoas. Deste modo, as Comissões foram reformuladas da seguinte forma:
112 Comissão de Articulação Política Institucional, Litigância Estratégica e
113 Monitoramento do Plano Estadual; Comissão de Atenção a População em Situação
114 de Rua, Direito à Cidade e Reforma Fundiária; Comissão de Monitoramento de
115 Monitoramento do Sistema de Privação de Liberdade e Segurança Pública;
116 Comissão de Denúncias e Violações de Direitos de Vulneráveis; Comissão de
117 Direitos Sociais, Saúde, Educação, LGBTQIA+, Cultura, Cidadania, Economia
118 Solidária, Sustentabilidade e Segurança Alimentar; Comissão de Promoção e
119 Defesa da Igualdade Racial, Combate ao Racismo, Intolerância Religiosa, Povos
120 Tradicionais, Religiões de Matriz Africana e Racismo Religioso. Após a leitura, Bruna
121 colocou novamente a reformulação das Comissões — como descrito acima — em
122 votação. Sem manifestações contrárias, a reformulação foi aprovada por
123 unanimidade. A Coordenação das Comissões foi definida da seguinte forma:
124 Comissão de Articulação Política Institucional, Litigância Estratégica e
125 Monitoramento do Plano Estadual — Daisy (Coordenadora), Jane, Lena, Walter,



126 Júnior e Aurélio; Comissão de Atenção a População em Situação de Rua, Direito à
127 Cidade e Reforma Fundiária — Hamilton, Elza, Daisy e Vanda; Comissão de
128 Denúncias e Violações de Direitos de Vulneráveis — Ana, Elza, Sandra e Anderson;
129 Comissão de Monitoramento de Monitoramento do Sistema de Privação de
130 Liberdade e Segurança Pública — Waleiska, Vandecia, Daisy e Hamilton; Comissão
131 de Direitos Sociais, Saúde, Educação, LGBTQIA+, Cultura, Cidadania, Economia
132 Solidária, Sustentabilidade e Segurança Alimentar — Walter (Coordenador), Thais,
133 Bruna e Carolina; Comissão de Promoção e Defesa da Igualdade Racial, Combate
134 ao Racismo, Intolerância Religiosa, Povos Tradicionais, Religiões de Matriz Africana
135 e Racismo Religioso — Juliana (Coordenadora); Bruna; Vanda; Jane. Por fim, Bruna
136 indicou que as Coordenações e composições seriam repassadas também no Grupo
137 de *Whatsapp* e colocou-as em aprovação do pleno — sem ressalvas, foram
138 aprovadas por unanimidade. **5. Informes da Secretaria Executiva sobre Questões**
139 **Administrativas:** Bruna indicou que os informes seriam encaminhados por *e-mail* e
140 na próxima reunião ordinária seriam repassadas algumas questões administrativas.
141 **6. Processo Eleitoral da Ouvidora Externa Da Defensoria Pública:** Bruna indicou
142 que haviam duas questões a serem debatidas, pois em discussão no grupo, houve a
143 indicação de recondução da Karol como Ouvidora Externa por mais dois anos,
144 porém, a LEI COMPLEMENTAR Nº 136 - 19 DE MAIO DE 2011 que estabelece a
145 Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná, dispõe da seguinte forma:
146 “O Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná será escolhido pelo
147 Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Paraná, dentre cidadãos de
148 reputação ilibada, não integrante da Carreira de Defensor Público do Estado,
149 indicados em lista tríplice formada pela sociedade civil, para mandato de 02 (dois)
150 anos, permitida 01 (uma) recondução.”. Portanto, o COPEDH/PR deveria indagar ao



151 Conselho Superior da DPPR sobre a recondução da Karol e realizou a leitura do
152 seguinte trecho: “§ 1º A lista tríplice será formada em votação realizada entre
153 metade dos membros do Conselho Permanente de Direitos Humanos - COPED que
154 são escolhidos entre as organizações não-governamentais ligadas à defesa dos
155 Direitos Humanos. Caso o Conselho Permanente de Direitos Humanos esteja
156 inativo, por qualquer motivo, o Conselho Superior editará normas regulamentando a
157 forma de sua elaboração, que deverá, obrigatoriamente, observar a necessidade de
158 vinculação com a questão dos Direitos Humanos.”. Juliana solicitou que a Karol
159 fosse convidada para a reunião plenária. Bruna concordou com o convite para a
160 próxima reunião e solicitou que o COPEDH/PR oficie o Conselho Superior da DPPR
161 para receber uma resposta quanto à recondução, após o recebimento do parecer
162 deles, caso o entendimento seja de Processo Eleitoral, será convocada uma
163 Reunião Extraordinária para definir a deliberação. Assim, Bruna colocou o
164 encaminhamento em aprovação do pleno — Sem ressalvas, aprovado por
165 unanimidade. **7. Indicações do PPCAM e PROVITA:** Bruna informou que o
166 COPEDH/PR deve indicar dois membros para compor os Conselhos Gestores do
167 Programa Estadual de Assistência à Vítimas e Testemunhas Ameaçadas
168 (PROVITA) e do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de
169 Morte (PPCAAM). Bruna informou que o Anderson (OAB/PR) havia se
170 disponibilizado para participar do PROVITA. No PPCAAM, a Sandra (Associação
171 Fênix) se disponibilizou para ser a Titular e a Vanda (CRESS) como suplente. No
172 PROVITA, o Anderson (OAB/PR) se disponibilizou para ser titular no PROVITA e a
173 Jane (SEJU) como suplente. Por fim, Bruna colocou as indicações em aprovação do
174 pleno — sem ressalvas, todas foram aprovadas por unanimidade. **8. Julho das**
175 **Pretas:** Juliana informou que o dia 25 de Julho Dia Internacional da Mulher Negra



176 Latino-Americana e Caribenha e é um momento de rememorar as lideranças das
177 mulheres negras, históricas e atuais, onde desde 2017 a Rede de Mulheres Negras
178 realiza atividades no Estado do Paraná com uma diversa programação em todo o
179 mês de Junho. Por exemplo, a atividade das Pretas Acadêmicas em parceria com a
180 Universidade Federal do Paraná que aglomera diversas mulheres negras na ciência,
181 educação e outras áreas, criando um *e-book* com todos seus materiais e produções
182 científicas. Além disso, será realizada uma atividade no Memorial de Curitiba às 18
183 horas no dia 15 de Julho falando sobre líderes pretas e no dia 23 de Julho
184 acontecerá um Festival Afro-Latino em Paranaguá e também no mesmo dia
185 acontecerá uma atividade na Praça Zumbi dos Palmares em Curitiba, no dia 25 de
186 Julho haverá uma atividade chamada 'Mulheres Sagradas' no Largo da Ordem em
187 Curitiba, por fim, no dia 29 de Julho haverá o encerramento do Julho das Pretas com
188 o Arraiá das Pretas na ACNAP e também um ato em Umuarama chamado
189 Reafirmando Nosso Espaço. Portanto, como o COPEDH/PR não organizou nada
190 para esse mês devido ao período eleitoral, Juliana propôs que o Conselho incorpore
191 essas atividades para se somar a elas da melhor maneira possível. Bruna indicou
192 que, como os (as) conselheiros (as) acabaram de serem nomeados, a Rede de
193 Mulheres Negras deve oficializar a SEJU para que a Presidência e as demais mulheres
194 possam participar das atividades. **9. Encerramento:** Em conclusão, Bruna, em sua
195 qualidade de Presidenta deste colegiado, agradeceu a presença de todos (as) e deu
196 por encerrada a Reunião Extraordinária do Conselho Permanente de Direitos
197 Humanos do Paraná — COPEDH/PR. A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa.